



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Volume 7. Número 2. Junho de 2023



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

João Edegar Pretto

Diretoria de Gestão de Pessoas

Lenildo Dias de Moraes

Diretoria de Operações e Abastecimento

Thiago José dos Santos

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Rosa Neide Sandes de Almeida

Diretoria de Política Agrícola e Informações

Sílvio Isoppo Porto

Superintendência da Gestão da Oferta

Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade

Ianelli Sobral Loureiro



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

Superintendência da Gestão da Oferta – SUGOF

Gerência dos Produtos da Sociobiodiversidade – GEBIO

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade – V. 7, N. 2, junho/2023

Copyright © 2023 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação mensal da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações conjunturais de mercado de produtos da Sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro, Bruno Pereira Nogueira e Wellington Silva Teixeira.

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Bruno Pereira Nogueira, Gotardo Machado de Souza Junior.

Colaboração: Nathália dos Santos Ferreira.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues.

Normalização: Marcio Canella Cavalcante - CRB - 1/2221

Como citar a obra: CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Sociobiodiversidade**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, junho 2023.

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1, n. 1 (2017). - Brasília: Conab, 2017-

Mensal

ISSN: 2527-1598 1.

Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

CDU 631:502(81)(05)

Ficha catalográfica elaborada por Thelma Das Graças Fernandes Sousa CBR-1/1843

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Cacau Nativo.....	6
Murumuru.....	11

APRESENTAÇÃO

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) assegura um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que contribuem para a conservação dos biomas brasileiros, incluindo açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão, pirarucu de manejo e umbu.

O objetivo dessa política é garantir renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como parte fundamental de sua cultura, identidade e sustento. Por meio do uso de conhecimentos, inovações e práticas tradicionais, essa política busca promover a proteção ambiental, contribuindo para a redução do desmatamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A Conab apoia a comercialização desses produtos e o desenvolvimento das comunidades extrativistas por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE). Essa subvenção consiste no pagamento de compensações quando os extrativistas comprovam a venda de seus produtos por um valor inferior ao preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal. A SDPE é respaldada pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas a produtores rurais e suas cooperativas, equalizando preços ou taxas de juros e encargos financeiros de operações de crédito rural.

Nesta seção, os técnicos da Conab analisam dados de mercado relacionados aos produtos Cacau Nativo e Murumuru, além de apresentar informações sobre a execução da Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE) no âmbito da PGPMBio. Essa análise contribui para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas a esse setor e fornece informações relevantes aos atores envolvidos nos respectivos sistemas produtivos.

CONJUNTURAS DE MERCADO

CACAU NATIVO

Bruno Nogueira

1. INTRODUÇÃO

O cacau nativo da Amazônia é um tesouro de valor inestimável. Reconhecido por sua diversidade genética e características únicas, esse cacau confere sabores e aromas distintos aos chocolates produzidos a partir dele. Além disso, sua produção desempenha um papel crucial na economia das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, contribuindo para a preservação da cultura local e a conservação da exuberante floresta amazônica.

Nos últimos anos, o cacau nativo da Amazônia tem despertado um interesse crescente no mercado nacional e internacional. A demanda por chocolates finos e produtos de origem sustentável impulsionou a valorização desse cacau, reconhecido por sua qualidade excepcional e seu potencial de desenvolvimento socioeconômico nas regiões produtoras. No entanto, é importante destacar que a maioria das comunidades produtoras enfrenta desafios significativos para acessar esses mercados promissores. Muitas delas ainda operam em um mercado informal, com pouca estrutura e acesso limitado a canais de comercialização mais lucrativos.

A estruturação do sistema produtivo do cacau nativo é essencial para garantir que as comunidades produtoras possam obter melhores preços e condições de trabalho, bem como aumentar sua renda e melhorar sua qualidade de vida. Além disso, essa estruturação contribui para a preservação da cultura local, a conservação dos recursos naturais e o fortalecimento da economia sustentável na região amazônica.

O aprimoramento da Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade (Gebio) e a ampliação da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) são passos importantes nessa direção. Por meio da busca por melhores informações, análise dos dados apresentados e expansão da atuação da Conab, podemos aproveitar todo o potencial do cacau nativo da Amazônia. A Gebio está comprometida em promover ações que impulsionem a produção responsável, a comercialização justa e a preservação dos recursos naturais, por meio da ampliação da execução da PGPMBio, garantindo um futuro próspero para todos os envolvidos nessa atividade.

2. O MERCADO

Os baixos preços recebidos pelo produtor extrativista estão diretamente relacionados a dois fatores que impactam a comercialização do produto. O primeiro refere-se à quantidade produzida, que, por ser pequena, resulta em altos custos de produção. O segundo ponto está intimamente ligado ao primeiro, uma vez que os compradores precisam transportar o produto até os locais de processamento e usinas de moagem, que geralmente estão localizadas em outros estados, principalmente no Pará. Essa logística acarreta descontos na aquisição do cacau devido aos custos logísticos envolvidos, resultando em preços muito abaixo dos praticados nos demais estados produtores.

No entanto, além desses desafios, é importante destacar que a falta de estruturação do sistema produtivo também contribui para a fragilidade do poder de barganha do produtor extrativista. A ausência de um sistema organizado e eficiente limita as possibilidades de negociação e valorização do produto, dificultando a obtenção de melhores preços e condições de mercado. Portanto, é fundamental investir na estruturação e fortalecimento do sistema produtivo, oferecendo suporte técnico, acesso a financiamento, capacitação e incentivos para que o produtor extrativista possa se posicionar de forma mais favorável nas negociações e alcançar uma remuneração mais justa pelo seu trabalho.

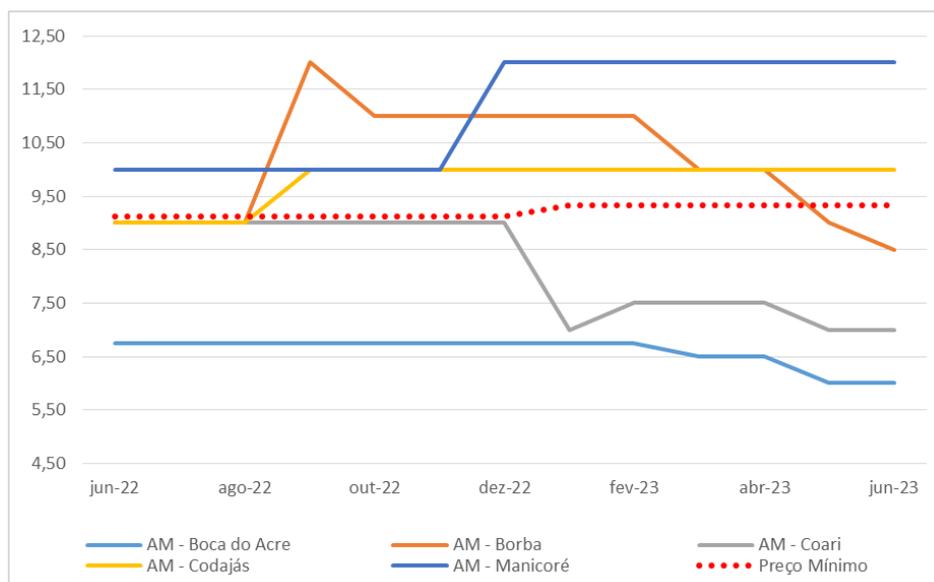
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de cacau extrativo (R\$/kg)

UF - AMAZONAS	jun/22	mai/23	MÊS ATUAL			
			jun/23	Δ% (mês anterior)	Δ% (ano anterior)	Preço Mínimo
Manicoré	10,00	12,00	12,00	0,0%	20,0%	2022 R\$ 9,12
Codajás	9,00	10,00	10,00	0,0%	11,1%	
Coari	9,00	7,00	7,00	0,0%	-22,2%	2023 R\$ 9,33
Borba	9,00	9,00	8,50	-5,6%	-5,6%	
Boca do Acre	6,75	6,00	6,00	0,0%	-11,1%	

Fonte: Conab / *Cacau nativo.

No gráfico abaixo, pode-se visualizar as movimentações nos preços no Amazonas. A linha vermelha tracejada é o Preço Mínimo fixado pela Conab.

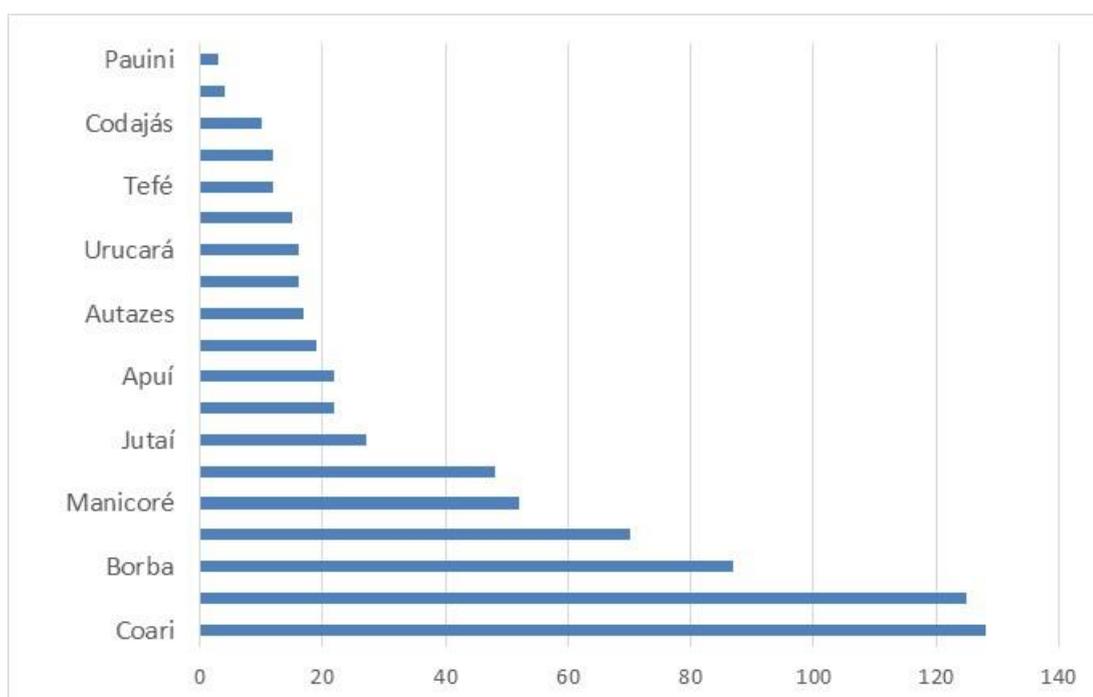
Gráfico 1 – Preço médio mensal amêndoa de cacau extrativa (R\$/Kg)



Fonte: Conab

O Amazonas tem na sua composição modal de produção o extrativismo e o agro extrativismo para o cacau, capturado pela PAM/IBGE, dados abaixo. É sabido que outros estados do Norte têm a produção extrativa, mas não de forma majoritária. A Ilha do Marajó, no Pará, por exemplo, tem muito cacau extrativo e agro extrativo, mas não dispomos de informações oficiais. Abaixo segue a produção do estado amazonense.

Gráfico 2 – Produção de cacau por município do Amazonas (toneladas)



Fonte: Conab

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, é essencial que sejam adotadas medidas para fortalecer o mercado do cacau nativo da Amazônia e garantir a justa remuneração aos produtores. Nesse sentido, a reestruturação da Gebio buscará

mapear as localidades com mercados de cacau ainda incipientes e preços abaixo do mínimo estabelecido, a fim de promover ações efetivas para melhorar a situação.

A execução da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade será uma das estratégias para colaborar com os produtores, oferecendo um apoio financeiro que contribua para a manutenção de sua renda e a sustentabilidade de sua atividade. Além disso, a PGPMBio busca incentivar a estruturação do sistema produtivo, proporcionando condições para que os produtores possam melhorar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, obter melhores preços no mercado.

É importante ressaltar que a valorização do cacau nativo da Amazônia não se restringe apenas à esfera econômica, mas também está intrinsecamente ligada à conservação da biodiversidade e à preservação dos recursos naturais da região. O fortalecimento desse mercado contribui para a promoção da agroecologia, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a conservação da floresta amazônica, garantindo um futuro sustentável para as comunidades tradicionais e agricultores familiares envolvidos na produção do cacau.

MURUMURU

Gotardo Machado

1. INTRODUÇÃO

O produto murumuru, *Astrocaryum murumuru*, já faz parte da rotina de dezenas de famílias que exploram a extração desse coquilho contendo uma amêndoa na floresta ou nos estuários dos rios e igarapés da região Norte. Embora seja uma palmeira não muito alta, seus frutos apresentam-se por meio de cachos contendo mais duas, três ou quatro centenas de coquinhos/coquilhos com uma polpa rasa e as amêndoas ao centro. Detalhe, tais cachos são compostos de um conjunto extraordinário de grandes espinhos escuros, dificultando a colheita diante dos riscos acidentais. É de mencionar que os espinhos, enquanto o cacho estiver ligado a palmeira, não apresentam endurecimento, possivelmente, mitigando riscos, não provocando maiores danos para colher.

2. O MERCADO

Os mercados dos Produtos da Sociobiodiversidade são espaços de trocas onde compradores e vendedores interagem para transacionar bens e serviços. Esses produtos são gerados a partir da biodiversidade, com foco nas comunidades tradicionais e agricultores familiares, buscando promover a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Para estudar esses mercados, é importante analisar a oferta e demanda, e garantir a gestão adequada para corrigir possíveis falhas. A economia de mercado depende das interações entre países, cidadãos e instituições, mas é complexa, pois as informações disponíveis podem não ser suficientes para decisões precisas.

A compreensão desses mercados é essencial para impulsionar a valorização e a conservação da Sociobiodiversidade, beneficiando as comunidades envolvidas e promovendo o desenvolvimento sustentável.

a. Produção

A palmeira dá frutos o ano todo, mas a produção fica mais forte entre abril e agosto. A obtenção do fruto ocorre unicamente por meio da coleta extrativista, sendo este um trabalho bastante árduo. Na comunidade, a coleta do murumuru é uma atividade planejada e feita em grupo. Os agricultores se reúnem uma vez por semana e vão todos juntos para as áreas de floresta. Apesar do seu potencial econômico, a espécie é pouco explorada comercialmente, provavelmente pela dificuldade em seu manuseio, visto que possui inúmeros espinhos. A PEVS/IBGE registrou a produção extrativista do murumuru em 2021, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 1 - Produção de Murumuru no Pará em 2021

UF	Município	Quantidade (kg)	Valor de produção (R\$)
PA	Bragança	120.000	132.000,00
	Altamira	1.116	16.740,00
	Viseu	200	400,00
TOTAL		121.316	149.140,00

Fonte: IBGE

Foi realizado um levantamento da produção do murumuru nas cidades de Altamira, Bragança e Viseu, no Pará, onde a maior produção foi registrada em Bragança, com 120 toneladas do coco do murumuru. No total, foram apontadas nas pesquisas 121,32 toneladas desse produto. Apesar de existir um mercado em crescimento para a manteiga de murumuru na região amazônica, ainda há um grande potencial a ser explorado.

É preocupante perceber que, atualmente, a importância gerada pela sociobiodiversidade ainda é invisível para muitas pessoas na sociedade. Essa área tão relevante e com externalidades positivas vitais para a sobrevivência do planeta permanece pouco valorizada. Por isso, é de extrema importância que o Estado priorize e reconheça o valor do mercado da sociobiodiversidade, tirando-o da invisibilidade e destacando sua contribuição essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do nosso planeta.

b. Preços Nacionais

O produtor extrativista, após colher e transportar o coquilho de murumuru para a casa de secagem, precisa realizar o beneficiamento de acordo com boas práticas. É importante despolar e secar o produto em local adequado. Após a secagem, o coquilho se torna uma castanha, mais procurada pelo mercado. No entanto, os compradores buscam, na verdade, a amêndoa, obtida após a secagem, pois é a partir dela que se extrai a manteiga utilizada na indústria de alimentos e cosméticos.

A demanda de grandes empresas de cosméticos tem sido um fator decisivo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos, já que o murumuru é considerado uma matéria-prima valiosa para a indústria da beleza. Os volumes de comercialização e os preços do murumuru estão diretamente relacionados às atividades dessas empresas em nível mundial. O custo do transporte da produção até os locais de beneficiamento também é um desafio. As pequenas embarcações não são suficientes para transportar grandes volumes, e os fretes em embarcações maiores são onerosos, principalmente quando comparados ao baixo preço dos frutos.

A seguir, apresentam-se gráficos e uma tabela com os preços médios pagos aos produtores extrativistas pelo kg do fruto do murumuru nos estados do Acre, Pará e Amazonas, durante alguns meses entre 2018 e 2023. Os dados foram coletados durante os períodos de produção e comercialização na região.

Gráfico I

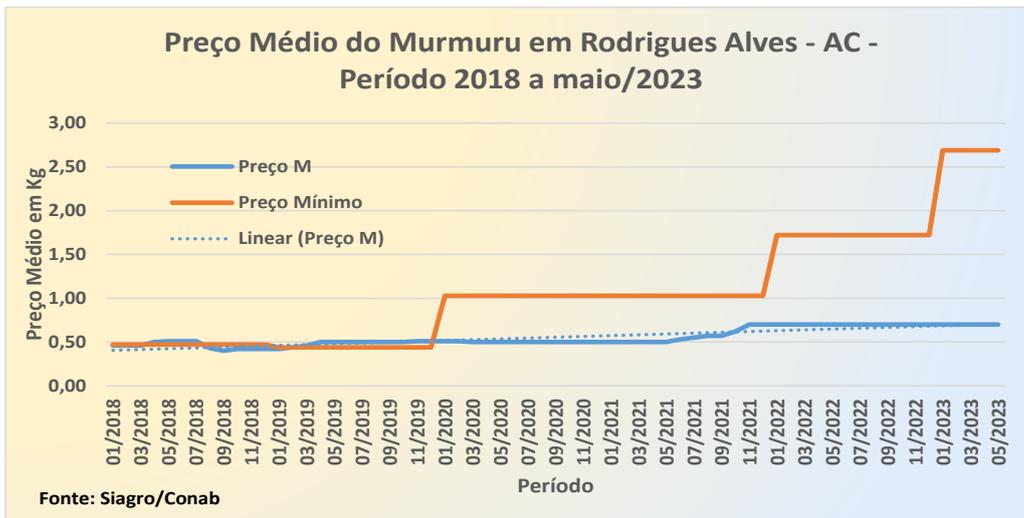


Gráfico II

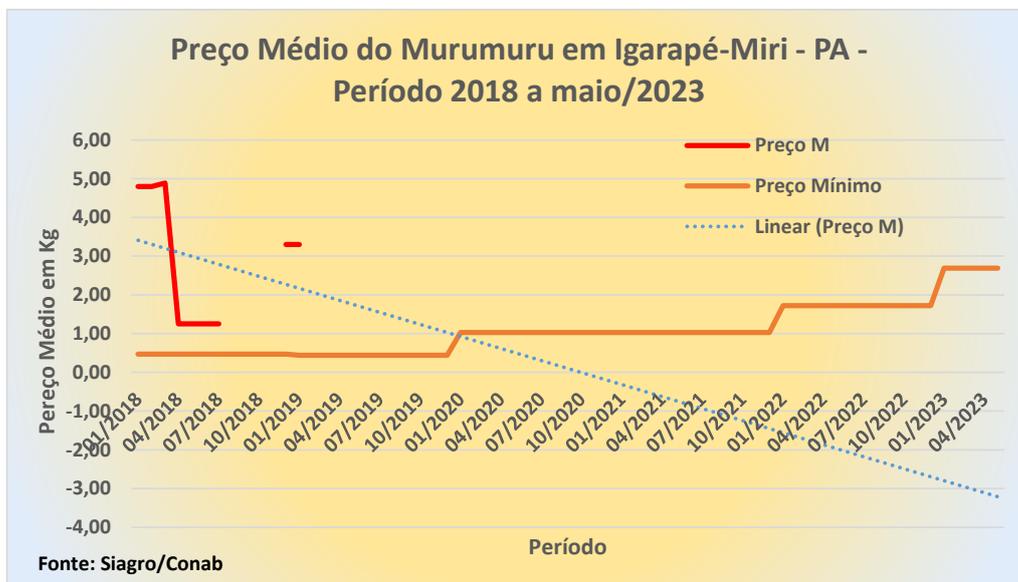
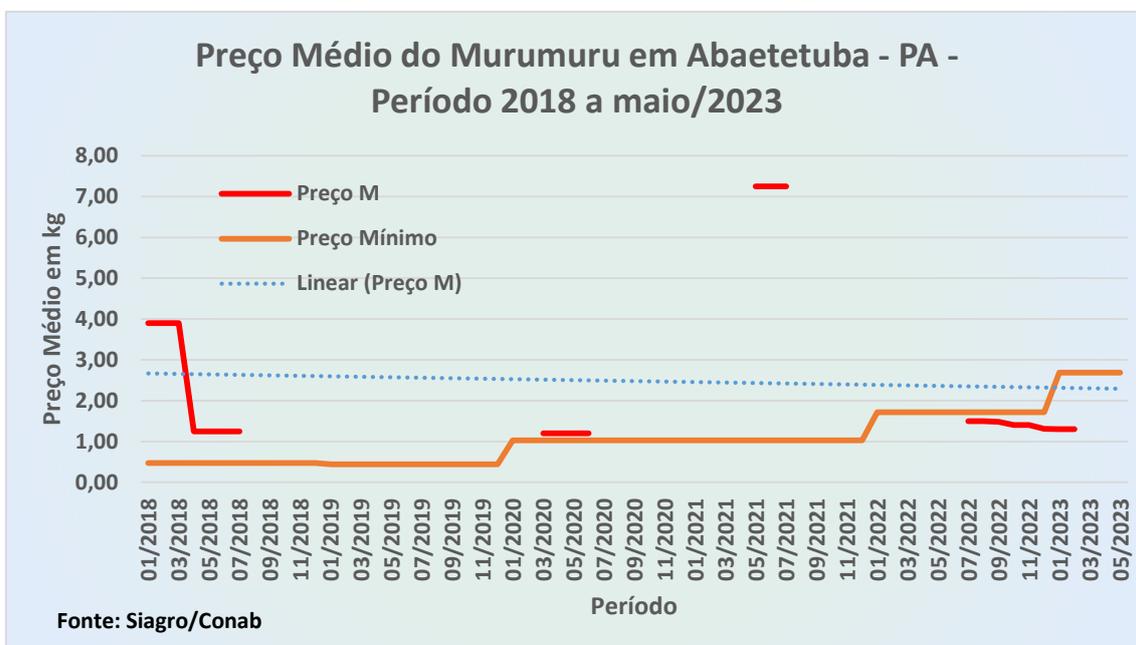


Gráfico I mostra a produção e comercialização no estado do Acre ao longo do ano, devido a duas safras anuais. Já os Gráficos II e III apresentam a produção e comercialização no primeiro semestre de cada ano. A descontinuação dos preços nos gráficos é devido à falta de dados de produção relatados pelas Superintendências Regionais da Conab nos estados.

Gráfico III



Os Gráficos IV e V representam o comportamento dos preços da amêndoa de murumuru para o produtor familiar extrativista no estado da Amazônia, de 2018 a maio de 2023. Em 2020, o preço por quilo em Carauari ultrapassou R\$ 4,00, muito acima do preço mínimo. Entretanto, em abril e maio de 2023, os preços ficaram abaixo do preço mínimo de R\$ 2,69, indicando a falta de mecanismos para mitigar os riscos dessas transações, apesar da PGPMBio.

Gráfico IV

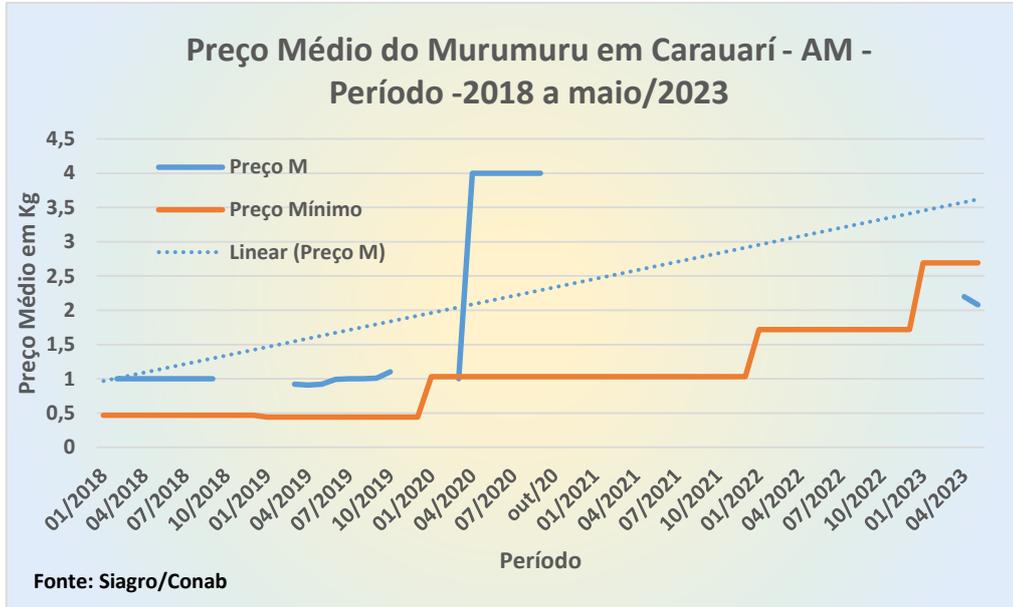
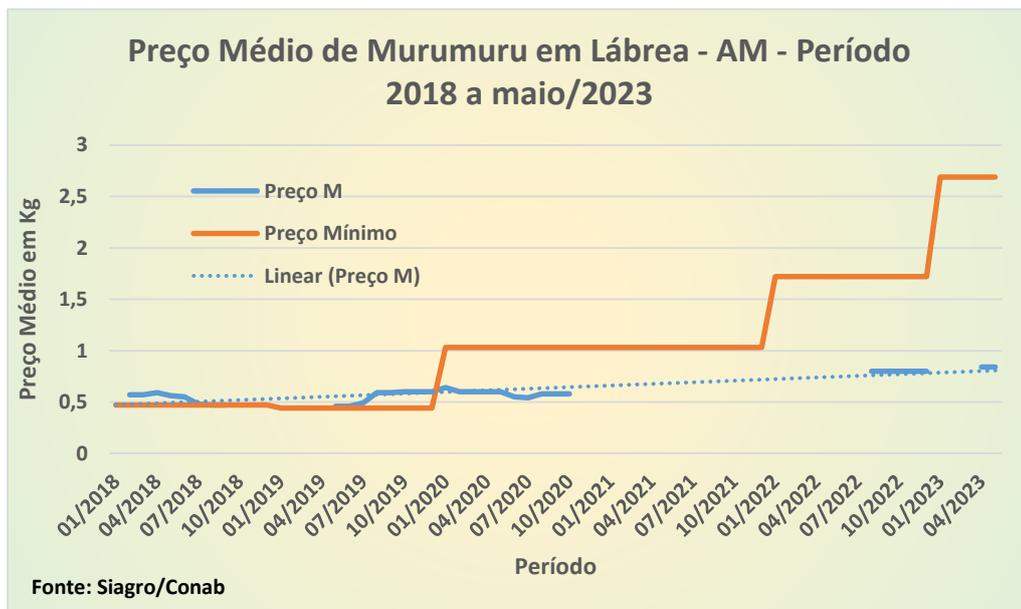


Gráfico V



Ressalta-se que, em 2022, mesmo com preços abaixo do mínimo, não houve operações de subvenção para a castanha do murumuru. No Gráfico V, pode-se observar a fragilidade desse mercado, com os preços ao produtor para o fruto em Lábrea - AM, abaixo de R\$ 1,00, apresentando comportamento semelhante aos preços em Rodrigues Alves, no estado do Acre, bem abaixo do preço mínimo de R\$ 2,69.

A Tabela 2 mostra os preços ao produtor familiar extrativista entre maio de 2022 e setembro de 2022, e maio de 2023 e setembro de 2023, com as variações percentuais para cada mês de cada ano. No estado do Pará, nota-se um alto risco no mercado do murumuru, com redução nos preços de 2022 em relação aos preços de 2023 em cerca de 79,31%, passando de 7,25 para 1,50, de acordo com a pesquisa da Conab. É importante destacar que, apesar desses preços estarem abaixo do mínimo, não houve operações de subvenção da PGPMBio, indicando a necessidade de viabilizar o acesso desses produtores familiares extrativistas à PGPMBio, uma diretriz primordial da Gebio a ser alcançada.

Tabela 2 - Preços recebidos pelo produtor de Murumuru (R\$/Kg)

UF	2022					2023					VARIÇÕES PERCENTUAIS					Preço Mínimo
	C mai	D jun	E jul	F ago	G set	J mai	K jun	L jul	M ago	N set	C/J	D/K	E/L	F/M	G/N	
AC	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 2,69
PA	7,25	7,25	7,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	1,50	1,48	0,0%	0,0%	79,31%	0,0%	0,0%	

Fonte: Siagro/Conab

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental realizar estudos detalhados para melhor identificar os segmentos, estruturas e o desenvolvimento dos mercados dos produtos da sociobiodiversidade, como o murumuru e outros produtos da floresta. Muitas vezes, esses produtos são negligenciados pelas políticas e gestão públicas, tornando essencial um olhar atento do Governo, especialmente de instituições como a Conab. Dessa forma, poderemos estruturar esses mercados de maneira mais eficiente, promovendo melhorias e



acompanhamento adequado para uma economia que minimize riscos e gerencie custos das transações. Aperfeiçoamentos nos contratos podem seguir os princípios da Nova Economia Institucional e da Coordenação, através da Economia de Custos das Transações, proporcionando maior transparência e segurança em um mercado muitas vezes pouco conhecido.



ISSN: 2527-1598



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
E AGRICULTURA FAMILIAR

